

SOBRE OS TRANSCENDENTES DISJUNTIVOS NA METAFÍSICA DE BOAVENTURA DE BAGNOREGIO¹

ON DISJUNCTIVE TRANSCENDENTALS IN THE METAPHYSICS OF BONAVENTURE OF BAGNOREGIO

Uellinton Valentim Corsi²

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade efetivar a investigação acerca da teoria dos transcendentais metafísicos no pensamento de Boaventura de Bagnoregio. Partindo da análise direta do pensamento do autor por meio de suas obras, a análise efetivada inicia prioritariamente pela investigação nas obras do autor em língua latina, de tradução de especialistas e do comentário de pesquisadores considerados autoridades no assunto e autor. Observando a originalidade de Boaventura, tem-se, com esse escrito, a possibilidade de perceber traços originais da teoria transcendente na metafísica bonaventuriana no tangente as noções disjuntivas. Além disso, a sustentação quiddiativa das entidades, criadas a partir do nada pelo Ente em si mesmo, adentra na problemática do pensamento bonaventuriano, a saber, o conhecimento de origem inata e experiencial das coisas. A partir disso, tem-se, então, instrumental suficiente para investigar a visão do autor sobre os atributos coextensivos

¹ Este estudo faz parte de um trabalho de pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O mesmo trabalho recebeu o prêmio em 2022 como Trabalho de Conclusão Destaque. Para obter a sua versão completa, ver: CORSI, Uellinton Valentim. **Análise da filosofia transcendente na *Summa Halensis* e em Boaventura de Bagnoregio e os avanços da *scientia transcendens* de João Duns Scotus**. 2021. 87 f. Monografia (Bacharelado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://primo-pmtna01.hosted.exlibrisgroup.com/permalink/f/164fi7o/puc01000502751>. Acesso em: 7 jun. 2022.

² Bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestrando em Filosofia pela mesma instituição. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Membro Imortal da Academia Luso-Brasileira de Letras. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9252808194783358>. *E-mail*: uellintoncorsi@gmail.com.

ao ente e os transcendentales disjuntivos, sendo essa a nota distintiva no pensamento do Doutor Seráfico.

Palavras-chave: Transcendentales Disjuntivos. Metafísica. Atributos Coextensivos. *Ens Per Se Notum*.

ABSTRACT

The purpose of this article is to carry out the investigation about the theory of transcendentals metaphysics in the thought of Bonaventure of Bagnoregio. Starting from the direct analysis of the author's thoughts through his works, the analysis carried out primarily begins with the investigation of the author's works in Latin, the translation of specialists and the comments of researchers, all of them considered authorities on the subject and on the author. Observing the originality of Bonaventure, with this writing, we have the possibility of realizing original steps of the theory of the transcendentals in Bonaventure's metaphysics on disjunctive notions. In addition, the quidditative support of beings, created from nothing by the Being in itself, joins the problematic core of Bonaventure's thought, namely, the knowledge of innate and experiential origin of things. Considering all of this, there are, then, sufficient instruments to investigate the author's view on the attributes which are related at once to the being and to the disjunctive transcendentals. That is the main point in the *Doctor Seraphicus'* thought.

Keywords: Disjunctive Transcendentals. Metaphysics. Coextensive Attributes. *Ens Per Se Notum*.

INTRODUÇÃO

Boaventura de Bagnoregio (ca. 1221-1274)³ ou *Doctor Seraphicus*, é discípulo de Alexandre de Hales e religioso franciscanos da Ordem dos Frades Menores. Ele toma como inspiração de seu mestre a forma de sistematizar os assuntos em suas obras.⁴ Juntamente com Hales, o Doutor Seráfico tem como ponto preambular o pressuposto da Trindade que, como Ente-incriado, cria todas as coisas. Nas coisas criadas, há o sinal do Criador, ou seja, nas criaturas existem graus de proximidade com o Criador, que são manifestados como *vestígio, imagem e semelhança*.⁵

A dignidade ontológica entre as entidades criadas com relação ao Criador, então, ocorre a partir dos graus de semelhança presentes na singularidade de cada uma.⁶ Entretanto, como é possível decodificar tais sinais? Qual o ponto de partida da investigação no pensamento do Doutor Seráfico? Para encontrar possíveis respostas, este estudo inicia pelas linhas gerais do pensamento bonaventuriano quanto a sustentação quiditativa das entidades, em que é abordada a temática da *creatio ex nihilo* de tudo o que é existente. Em seguida, é introduzido o problema do conhecimento no pensamento do autor. Problema, porque, como é constatado, não há unanimidade de opinião se o autor afirma que o conhecimento é originado na experiência ou se ele é inato. Tendo isso em vista, toma-se uma posição que há, em certa medida, uma visão compatibilista.

Compreendidas essas primeiras notas do pensamento do autor, passa-se, então, ao tema dos atributos coextensivos ao ente e os transcendent

³ Cfr. BOEHNER, P.; GILSON, É. **História da filosofia cristã**. 13. ed. Trad. de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 421; GILSON, E. **La filosofia de San Bonaventura**. Trad. para o espanhol de Fray Esteban de Zudaire. Buenos Aires: DEDEBEC, 1948, pp. 11-12.

⁴ Para conhecer as obras de Boaventura, Cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Proleg*, c. II, n. 29-67 (Ed. Quaracchi, pp. VIII-X). Boehner e Gilson trazem também um panorama geral e sintético das obras bonaventurianas: cf. BOEHNER; GILSON, 2012, pp. 421-422; GILSON, 1948, pp. 44-46.

⁵ Cfr. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *In Hexa*. col. III, n. 3 (Ed. Città Nuova, VI/1, pp. 93-94); MERINO, J. A.; FRESNEDA, F. M. (Orgs.). **Manual de Filosofia Franciscana**. Trad. Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2006, pp. 112-113.

⁶ Cf. RODRIGUES, R. A. Teoria do conhecimento em São Boaventura. **Thaumazein**, Santa Maria, v. 5, n. 11, 2013, p. 114.

disjuntivos. Nota-se que, com a categoria dos atributos coextensivos, Boaventura segue a linha reflexiva do *magister* Alexandre de Hales. Todavia, simultaneamente introduz uma novidade: os atributos ou transcendentais disjuntivos. Essa via, por assim dizer, negativa, inaugura a categoria dos atributos transcendentais disjuntivos do ente que João Duns Scotus, posteriormente, trabalha com maior profundidade em suas obras.

Finalmente, como último capítulo deste estudo, tem-se o ente *per se notum*. O Doutor Seráfico trabalha com a máxima evidência de um ente que, por si mesmo, é evidentíssimo. Para o autor, esse conceito é o mais puro possível ao conhecimento humano e é por meio dele que é abordada a possibilidade de conhecimento de todas as coisas existentes. Assim, pois, adentra-se na temática da teoria bonaventuriana dos transcendentais metafísicos a partir de uma visão privilegiada dos escritos latinos do autor, sendo essa pesquisa, então, de caráter bibliográfico.

1 SUSTENTAÇÃO QUIDITATIVA DAS ENTIDADES

A investigação metafísica, sob os moldes de Boaventura, inicia a partir da evidência de um princípio ordenador do universo. A análise parte da ideia de vestígios. Os vestígios são sinais presentes em todas as coisas existentes no mundo sensível, inclusive no ser humano. O vestígio é, por assim dizer, “aquilo” do Criador que há nas criaturas. A partir dessa diretriz, então, por petição de princípio, infere-se uma causa primeira criadora de todas as coisas. O ser humano, nesse processo investigativo, exerce a função de decodificar esses sinais. Essa decodificação é importante, porque é a partir dos signos presentes nas entidades individuais que o ser humano pode ser conduzido a um conhecimento superior, ou contemplativo, do Exemplar Supremo.⁷

Boaventura afirma que o mundo sensível é uma sombra, um caminho, um indício da *evidente* presença de Deus no universo. Do mesmo modo que ao ser humano a verdade é revelada através da fé e das Sagradas Escrituras,

⁷ RODRIGUES, Op. cit., p. 102; GILSON, 1948, pp. 95-96. Boaventura expressa a capacidade de inteligência da razão humana em SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Brev.* I, c. 1, n. 4 (Trad. de De Boni, p. 16).

pelo mundo sensível, ele pode passar da *imagem* às suas significações primordiais, isto é, ir das entidades criadas à Entidade criadora.⁸ Não há, portanto, por parte do autor, o questionamento da existência de um ente que seja o primeiro e absoluto, porque a evidência dessa existência é certa e, ao dito bonaventuriano, é *per se notum*.⁹

Nicolosi analisa essa afirmação bonaventuriana da seguinte forma:

A certeza da existência de Deus é a resposta à tríplice exigência [...] colocada pela razão: (i) a da necessidade de um princípio de unidade que dá razão a multiplicidade dos entes finitos, (ii) a necessidade de um princípio imutável para o qual os entes mutáveis se orientam, e (iii) a necessidade de um ente perfeito, que sustenta a multiplicidade das entidades imperfeitas.¹⁰

A partir da necessidade da existência de um Ente-absoluto, Boaventura traça seu *itinerarium* investigativo. Cada uma dessas razões é associada com algum atributo transcendente do Ente-absoluto. (i) Enquanto *ens-*

⁸ Boaventura nas *Collationis in Hexaëmeron* vai tratar sobre a teoria de Deus como causa exemplar de todas as coisas. As criaturas não são, segundo o Doutor Seráfico, originadas no Criador por natureza, mas sim, enquanto arte, ou enquanto exemplaridade, porque todas as coisas são feitas por Deus segundo a sua vontade: SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *In Hexa*. col. XII, n. 1-3 (Ed. Città Nuova, VI/1, p. 233); para entender o conceito de natureza na Idade Média na perspectiva bonaventuriana, cf. GREGORY, T. Natureza. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Org.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval II**. Trad. de Hilário F. Júnior. São Paulo: Unesp, 2017, pp. 297-313. Acerca desse tema, realizei um estudo tratando da relação entre os vestígios da Trindade na criação e o conhecimento humano por meio da temática da Fé e Razão no pensamento bonaventuriano. Para tanto, cfr. CORSI, U. V.; SILVA, J. R. E. da. Ensaios Metafísicos: da teoria das Ideias em Platão à trindade criadora em São Boaventura. **Scintilla**, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 129-150, jan./jun. 2020, p. 129-150.

⁹ Cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *De Myst. Trinit.*, q. I, art. I, n. 10 (Ed. Città Nuova, V/1, p.230): “[...] *omne verum, quod clamat omnis creatura, est verum indubitabile; sed Deum esse clamat omnis creatura, ergo etc. – Quod autem omnis creatura clamet Deus esse, ostenditur ex decem conditionibus et suppositionibus per se notis*”. Sugerimos o estudo de Nicolosi onde ele afirma que esse “inatismo” é uma característica própria do medievo em que se situa Boaventura. Por isso, o Doutor Seráfico não se preocupa em elaborar tratados sobre a existência de Deus, mas sim, em como ocorre o conhecimento do Ente-incriado (NICOLOSI, S. **Medioevo franciscano**. Borla: Edizioni Borla, 1983, pp. 131-138).

¹⁰ NICOLOSI, Op. cit., p. 133 (tradução e nota nossa).

unum, o ente é o princípio da unidade da multiplicidade dos entes-criados; (ii) enquanto *ens-bonum*, os demais entes mutáveis são orientados a ele naturalmente, porque o Sumo Bem é a finalidade “atraente” da totalidade das coisas; (iii) enquanto *ens-verum*, ele sustenta, em sua perfeição, a multiplicidade dos entes imperfeitos.¹¹ Essa relação de sustentação dos entes-criados pelo Ente-incriado e da conseqüente participação da entidade criada na Incriada, é relativa a sua visão cosmológica cristã e a sua oposição à teoria da eternidade do mundo afirmada por Aristóteles.¹²

Em contraposição às teorias que defendem a eternidade do mundo, Boaventura utiliza o princípio argumentativo das autoridades bíblicas para sustentar a sua perspectiva teórica. Em seu *Comentarii in Librum Sententiarum Petri Lombardi*, o *Doctor Seraphicus* afirma que “[...] onde falta habilidade aos filósofos, a Sagrada Escritura nos ajuda afirmando que todas as coisas foram criadas e tudo, de acordo com o que foi produzido, *passou a existir*”.¹³ Fica patente a *creatio ex nihilo* nessa afirmação, pois tudo passou a existir a partir do nada no ato criativo de Deus, ou seja, anteriormente, as *coisas*, enquanto entidades reais, não existiam. Isso é evidente com a sentença “passou a existir”.

Nesse contexto, além de designar uma passagem, movimento, em que algo que *não era* passa *a ser*, a sentença designa que, anteriormente, a *coisa* criada *não era*, não existia, e agora existe, ou seja, *veio a ser*. Se no antes as coisas não existiam, no antes existia o nada, isto é, o não-ser.

¹¹ Cf. *SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, Brev. II, c. 1, n. 2*, (Trad. de Boni, p. 32); FRAILE, G. *Historia de la Filosofía II: El Judaísmo, el Cristianismo, el Islam y la Filosofía*. 2. ed. Madrid: BAC, 1965, pp. 730-731.

¹² Essa hostilidade de Boaventura a alguns aspectos teóricos de Platão e Aristóteles estão presentes no seu comentário às *Sentenças*. Para tanto, cf. *SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, Sent. II, d. I, pars. I, art. I, q. 2, resol.* (Ed. Venetiis, II, p. 9b, *nota nossa*): “*Dicendum, quod ponere mundum æternum [?], æternaliter productum, ponendo res omnes ex nihilo productas, omni no est contra veritatem, & rationem, sicut vltima ratio probat: & adeo contra rationem, ut nullum philosophorum, quantum cumque parui intellectus crediderim, hoc [?] [...]*”. Cfr. GILSON, 1948, p. 182.

¹³ *SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, Sent. II, d. 1, pars. 1, art. 1, q. 1*, (Ed. Venetiis, II, p. 8a, *tradução e grifo nosso*): “[...] *Ubi autem deficit Philosophorum peritia, subvenit nobis sacrosancta Scriptura, quae dicit omnia esse creata et secundum omne quod sunt in esse producta*”.

O não-ser é definido, nesse sentido, como privação de existência, de ser, portanto, de existência sensível, material ou física. O ser, refere-se ao aspecto de existência real. Com isso, não está sendo dito, por exemplo, quanto a inexistência das Ideias exemplares presentes na mente de Deus desde a eternidade, em seu aspecto formal, enquanto entidades possíveis. O ser, assim, é definido como modalidade do ente. Não se deve incorrer no equívoco de confundir o ser com o ente, porque o ente, enquanto ente, pode ser tanto uma entidade possível, quanto uma entidade real. Nesse caso, uma Ideia exemplar é preexistente na mente do Criador enquanto entidade possível existente. Não segue disso a necessidade de existência efetiva desse possível enquanto entidade real.¹⁴

Na mesma obra, porém, na *Distinção 17*, o doutor aborda questões relacionadas a criação da alma humana. Ele afirma, em tese, que Deus não é composto por características referentes aos seus membros, porque ele é um Deus do espírito e criou as coisas “[...] não de qualquer matéria corpórea ou espiritual, mas a partir do nada”.¹⁵ Ele conserva, assim, a suma simplicidade divina e a origem das coisas pela ação criadora de Deus.¹⁶

A temporalidade, em decorrência, é reduzida a um aspecto próprio da finitude das coisas criadas (universo). Deus produziu a multiplicidade das entidades individuais a partir de sua vontade, sem intermédio de outra coisa, a não ser das Ideias exemplares-formais presentes em sua mente.¹⁷ É nesse sentido que Boaventura afirma a criação a partir do nada. Não é um nada absoluto, mas sim, porque é pelo poder criador do Ente-incriado que

¹⁴ Cf. *SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, Sent. II, d. 1, p. 1, a. 1, q. 1, resol.* (Ed. Venetiis, II, pp. 8-9a); idem, *Brevil. II, c. 1, n. 3* (Trad. de De Boni, p. 31). A distinção entre o ser e ente, no sentido de o *ser* significar o aspecto material e ente o aspecto formal, é desenvolvida por Gilson. Para tanto: cf. GILSON, 1948, pp. 186.

¹⁵ *SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, Sent. II, d. 17* (Ed. Vivès, III, pp. 1-8, tradução nossa): “[...] *non de materia aliqua corporali vel spiritual, sed de nihilo*”. Cfr. também NICOLSI, Op. cit., pp. 133-134.

¹⁶ Vale ressaltar que não estamos querendo aprofundar a definição de hilemorfismo entendida pelo autor, tampouco a precedência da alma com relação à matéria. Para entender melhor esses aspectos, indicamos as seguintes obras: GILSON, 1948, pp. 184-185; CAROLI, 2008, pp. 194-199; *SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, Brev. II, c. 3.9* (Trad. de De Boni, pp. 33-35, 43-45).

¹⁷ Cf. CAROLI, 2008, pp. 374-375.

do nada surge a multiplicidade das entidades enquanto existentes reais. Não é a partir de alguma substância material ou espiritual (pré) existente, mas é a partir do nada que o ente passa a existir, a ser na realidade objetiva. Unicamente pela vontade, ou querer divino, transbordante de amor, que as coisas passam do não-ser ao ser.¹⁸ Isso significa que a totalidade dos entes-criados são, de certo modo, quiditativamente dependentes do Princípio Criador. O ser racional, reconhecendo essa dependência, realiza a sua perfeição de criatura de Deus como imagem e semelhança, à medida em que exerce a sua capacidade racional. A partir disso, consciente e livremente, ele inicia o seu percurso de “retorno” ao Ente-incriado ao qual deve o fato de sua existência.¹⁹

2 CONHECIMENTO INATO E EXPERIENCIAL

O Doutor Seráfico afirma que Deus ocupa o lugar do primeiro princípio causante das entidades criadas. Essa ideia está presente na alma humana enquanto racional.²⁰ É *evidente*, por isso, ao ser racional a existência de um Ente supremo a partir do qual tudo existe. O termo “evidente” aqui é entendido como adjetivo qualificante da ideia de primeiro princípio, ou causa primeira, a partir da qual todas as coisas são criadas e ordenadas. O adjetivo qualifica o sujeito dessa oração como aquilo que é claro, indiscutível, uma coisa entendida como incontestável.²¹ Vale ressaltar que, como visto

¹⁸ NICOLOSI, Op. cit., p. 134; CAROLI, 2008, pp. 374-375.

¹⁹ Cf. *SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, Sent.* II, d. 1, pars. 1, art. 2, q. 1, *et seq.* (Ed. Venetiis, II, p. 22a).

²⁰ Cf. *SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, Sent.* I, d. 3, pars. 1, art. un., q. 1, *concl.*, ad 5B (Ed. Typographia Vaticana, IV, p. 32): “[...] *Deus est praesens ipsi animae et omni intellectui per veritatem; ideo non est necesse, ab ipso abstrahi similitudinem, per quam cognoscatur*”.

²¹ Vale ressaltar que esse é um problema presente entre os especialistas em Boaventura quanto a suma evidência desse Primeiro Princípio na razão humana. Isso se deve ao fato de que há afirmações feitas por Boaventura de que o conhecimento inicia unicamente pelo mundo sensível das experiências; noutros casos, ele admite o inatismo de algumas ideias. Iremos adotar a opinião compatibilista de que o conhecimento tem origem na realidade, mas ultrapassa os limites do sensível. Ou seja, certa compatibilidade entre realismo e inatismo. Para tanto, cf. BOEHNER; GILSON, 2012, pp. 436-440. Para uma visão, de certa forma, contrária, cfr. RODRIGUES, Op. cit., pp. 111-113.

em seções anteriores, também em Boaventura a coisa (*res*) e o ente (*ens*), por vezes, são termos “confusos” que, em suma, designam a mesma coisa, ou seja, entidades individuais, sejam elas criadas ou incriada.

Partindo da evidência de existir um Primeiro Princípio criador de todas as coisas, Boaventura denomina esse princípio como Ente-criador, ou Ente-incriado. A sua argumentação, então, gira em torno da investigação de como o ser humano conhece, em sua interioridade, essa evidência primeira. Assim, ao longo de suas obras, ele afirma que, sob certo aspecto, há inatismo de algumas ideias na alma humana, inclusive desse Primeiro Princípio. Nas suas *Collationes in Hexaëmeron* VI (n. 6-10), o argumento gira em torno de uma luz eterna como um Supremo Exemplar de todas as coisas criadas. Tem-se, nesse aspecto, a influência platônica do mundo das Ideias que, perfeito e separado da realidade sensível, sustenta este mundo.²²

Para o Doutor Seráfico, é a partir do Exemplar Supremo que as coisas do mundo sensível encontram o seu fundamento primeiro. E a luz que ilumina todas as coisas, é a razão analogante, ou participativa, latente ou patente da realidade infinita na finita. Com sua iluminação, as coisas todas são “clareadas” tornando-se *razões* de semelhança entre as entidades criadas com o Ente incriado. São mencionadas, por exemplo, as virtudes que se apoiam naquelas Ideias exemplares de virtudes. As virtudes identificadas no mundo sensível tornam-se, portanto, exemplares existentes no mundo enquanto relativas às outras, que são perfeitas. O universo pode ser entendido como uma “cópia” daquelas Ideias presentes no Princípio Criador de toda a realidade e, no caso das virtudes, não são encontradas as suas causas primeiras nos seres criados que porventura sejam virtuosos, mas sim, neles são encontrados os vestígios, os sinais, que direcionam a razão humana ao Supremo Exemplar. Isto é, a sua causa primeira não está nos seres virtuosos, mas na mente divina que detém a sua exemplaridade (forma) suprema.²³

²² SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *In Hexa*. col. VI, n. 6-10 (Ed. Città Nuova, VI/1, pp. 152 – 154).

²³ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *In Hexa*. col. VI, n. 6-10 (Ed. Città Nuova, VI/1, pp. 152 – 154).

O autor não nega, em absoluto, que o conhecimento tenha origem no mundo sensível. Ele concorda com Aristóteles que o conhecimento, sob certo aspecto, parte da experiência,²⁴ chegando a afirmar que o intelecto humano, quando criado, é semelhante a uma *tábula rasa*.²⁵ No entanto, os princípios lógicos, por exemplo, são formulados a partir da experiência na ação abstrativa do intelecto, mas não são originados unicamente nela, porque, como visto, as coisas são exemplares e, enquanto exemplares, designam as Ideias perfeitas e não propriamente a si mesmas.²⁶ Por esse motivo, sob certo aspecto, esses princípios podem ser ditos como inatos, porque enquanto princípios lógicos e universais remetem às primeiras Ideias; e, sob certo aspecto, enquanto resultado da abstração, são resultantes da experiência.²⁷ Outro exemplo é quanto a faculdade do sentido da visão. A visão tem necessidade de dois fatores para que possa enxergar alguma coisa: minimamente um objeto e alguma luz que seja capaz de iluminar a coisa em questão. Do mesmo modo, na alma humana deve ser admitida

²⁴ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Sent.* III, d. 24, a. 2, q. 3 (Ed. Venetiis, pp. 312-314): “*Ad praedictorum intelligentiam est notandum, duplex est cognitio scientialis de Deo, a parte comprehensionis, e manuductione ratiocinationis [...]*”.

²⁵ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Sent.* II, d. 3, p. 2, a. 2, q. 1 (Ed. Venetiis, pp. 52-54).

²⁶ Cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *De Don. Spir. Sanct.*, VIII, n. 13 (Ed. Città Nuova, VI/2, p. 261); indicamos que, além de conferir as passagens próprias do autor, verifique a análise de, GILSON, 1948, pp. 351-355.

²⁷ Cf. BOEHNER; GILSON, 2012, pp. 436-436; GILSON, 1948, p. 354. Não iremos afirmar categoricamente que há ou não ideias inatas em sentido estrito. Estamos fazendo uma análise do argumento bonaventuriano. Todavia, o que se apresenta como uma afirmação razoável é que, sob certo aspecto, algumas ideias podem ser entendidas como inatas e, sob certo aspecto, não. Assim, assumiremos a opinião de Gilson, a saber, “Na realidade, o entendimento nunca os formaria sem que a experiência sensível lhe proporcione um conteúdo que lhe permita conceber e formular (as ideias). É preciso perceber os objetos para conceber o que é um todo, e saber que o todo é maior do que a sua parte; é necessário conhecer a um pai e uma mãe para descobrir onde está a evidência moral primeira e imediata de que o homem há de respeitar a seus pais e obedecê-los. A certeza e o caráter primitivo destes conhecimentos devem unicamente a que não são nem mediatos nem, porém, deduzidos de outros conhecimentos anteriores, senão formados pelo concurso direto da luz natural e das espécies sensíveis” (GILSON, 1948, pp. 354-355, *tradução nossa*). Em consonância com essa afirmação de Gilson, cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *De Don. Spir. Sanct.*, VIII, n. 13 (Ed. Città Nuova, VI/2, p. 261); idem, *Sent.* II, d. 24, p. 1, a. 2, q. 4, *resol.* (Ed. Venetiis, II, pp. 357-359).

uma luz natural que lhe é inata, qual seja, a faculdade do intelecto, pela qual se tornam manifestos os primeiros princípios.²⁸

Na *Distinção 39* do II *Librum Sententiarum*, Boaventura afirma que o ser humano conhece a sua vida anímica de imediato. Com isso, ele pode conhecer também os primeiros princípios morais, as virtudes e até mesmo Deus.²⁹ No *Hexaëmeron V* (n. 26-33) e no *Itinerarium mentis in Deum V* (n. 2-4), esse “inatismo” é apresentado como condição de possibilidade para que o conceito de Ente-absoluto seja postulado e endossado pela razão humana. Em outro capítulo do seu “*Itinerarium*”, ao falar sobre a deliberação, juízo e desejo, Boaventura afirma que “[...] para saber se uma coisa é melhor que a outra, é necessário conhecer seu grau de semelhança com o Bem supremo. Mas é impossível conhecer este grau de semelhança se o Bem supremo for desconhecido”.³⁰ Sem o conhecimento do que é um Bem supremo, logo, perfeitíssimo, pela luz natural (= intelecto), não há origem possível de comparação entre uma coisa que pode ter grau de bondade com relação ao Supremo Bem. Haja visto que o Bem, enquanto sumo e absoluto, não é passível de ser experimentado pelos sentidos humanos. O doutor prossegue a sua argumentação. “Aquele, pois, que delibera tem necessariamente impresso no seu espírito o conhecimento do sumo Bem”.³¹ Em outro trecho, ainda neste mesmo livro, quando fala sobre a lei eterna, ele afirma que essa categoria de lei deve estar acima do juízo da mente humana para que lhe possa servir de norma geral e absoluta. O *Doctor Seraphicus*, então, diz que “Não podendo, pois, emitir juízos sobre a lei que serve de regra aos seus juízos, segue-se disso que esta lei é superior à nossa mente e que nós julgamos unicamente pela sua presença em nós mesmos”.³²

Em consequência, a partir da argumentação bonaventuriana, há, na mente humana, algumas noções que se apresentam ao modo de ideias inatas

²⁸ Esse exemplo é citado e usado por BOEHNER; GILSON, 2012, p. 437.

²⁹ Cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Sent.* II, d. 39, p. 1, a. 2, q. 1, *resol.* (Ed. Venetiis, II, pp. 590-592); BOEHNER; GILSON, 2012, p. 438.

³⁰ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner.* c. III, n. 4 (Trad. de De Boni, p. 184).

³¹ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner.* c. III, n. 4 (Trad. de De Boni, p. 184).

³² SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner.*, c. III, n. 4 (Trad. de De Boni, p. 184).

e necessárias para determinadas funções do intelecto humano. Todavia, elas são entendidas como inatas a partir da luz natural, ou faculdade do intelecto, que pode inferir algumas realidades por meio da sua natureza própria. Segundo Gilson, “A certeza e o caráter primitivo destes conhecimentos devem unicamente a que não são nem mediatos nem, porém, deduzidos de outros conhecimentos anteriores, senão formados pelo concurso direto da luz natural e das espécies sensíveis”.³³ É, de certa forma, uma conclusão compatibilista entre as ideias inatas e o conhecimento sensível, ou uma compatibilidade do idealismo platônico com o realismo aristotélico. Em todo caso, infere-se que, sob certo aspecto, pela luz natural essas ideias são inatas; e, de outro modo, não o são, porque são formadas pelo percurso das espécies sensíveis. Dentre essas ideias está presente, inclusive, a própria noção de ente e os seus atributos transcendentais.

3 OS ATRIBUTOS COEXTENSIVOS E OS TRANSCENDENTES DISJUNTIVOS

Partindo da conclusão de que Boaventura cria uma teoria compatibilista entre o inatismo e o conhecimento experiencial, deve-se perguntar quais são essas noções que se apresentam ao modo de ideias inatas ao intelecto humano. Assim, este capítulo chega ao ponto nevrálgico da teoria dos transcendentais bonaventurianos. Tendo visto que o conceito de ente é uma das noções primeiras presentes no entendimento humano,³⁴ Boaventura prossegue investigando o conceito do *Ens per se*. Em seu *Itinerarium*, o *Doctor Seraphicus* inicia a análise de como a inteligência humana compreende os termos, proposições e conclusões. O primeiro passo consiste no seguinte: “[...] a inteligência entende o significado dum termo quando, por meio duma definição, compreende o que (*quid est*) esta coisa é [...]”.³⁵ A pergunta central e primeira que a inteligência faz à coisa é “*quid*

³³ GILSON, 1948, p. 355 (*tradução nossa*).

³⁴ Cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner.* c. III, n. 3 (Trad. de De Boni, pp. 182-183).

³⁵ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner.* c. III, n. 3 (Trad. de De Boni, p. 182, *nota nossa*).

est?”. A resposta pela quiddidade da coisa é obtida, então, por meio de uma definição. “Toda definição, porém, faz-se por meio de termos gerais, os quais, por sua vez, se definem por meios mais gerais, até chegarmos às noções supremas e totalmente gerais, sem cujo conhecimento não podemos dar a definição dum termo inferior”.³⁶

Nota-se que o Doutor Seráfico utiliza as categorias aristotélicas.³⁷ As definições das coisas são dadas por meio de noções mais gerais que elas, ou seja, espécies; as espécies, por meio de outras ainda mais gerais, isto é, os gêneros; por fim, os gêneros são dados a partir de noções *suprema et generalíssima* (supremas e totalmente gerais). Essas noções supremas e totalmente gerais são condição de possibilidade do conhecimento, porque sem elas nada é passível de definição. Quais podem ser, então, elencadas como noções *suprema et generalíssima*?

A resposta é dada a partir da evidência da necessidade dessa primeira noção ser o *ens per se*. Ora, se for ignorada essa verdade *per se*, “[...] é impossível definir perfeitamente uma substância específica”.³⁸ O fato a ser atentado é exatamente esse movimento de necessidade do ente em si. Sem o ente em si, a coisa (*res*), enquanto substância específica, é indefinível. Boaventura faz o movimento “inverso”. Ele parte da ordem ontológica e, então, postula a necessidade do ente em si para que seja possível conhecer as entidades singulares.

Essa necessidade do ente em si fica evidente em sua obra *De Mysterio Trinitatis*. Nos números de 11-20, Boaventura afirma que todas as divisões dos entes implicam um ente incriado. Ele afirma:

[...] se existe um ente que vem depois, também existe o ente que vem primeiro, porque o ente que vem depois depende daquele que vem primeiro. Se há, portanto, a totalidade dos entes vindos depois, é necessário que venham do ente primeiro. Se, então, é necessário admitir que nas criaturas há um antes e um depois, também é

³⁶ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner*. c. III, n. 3 (Trad. de De Boni, pp. 182-183).

³⁷ Boaventura menciona, em nota, que se baseia em ARISTÓTELES, *Topicas* VI, c. 3. 4.

³⁸ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner*. c. III, n. 3 (Trad. de De Boni, p. 183).

necessário admitir que a totalidade das criaturas implica e proclama um primeiro princípio.³⁹

A ordem causal dos entes criados implica um ente que seja incriado. Ou, em termos aristotélicos, em uma ordem entre causa e efeito, a causa necessariamente é anterior ao efeito e o efeito posterior a causa. Boaventura, novamente inspira-se na obra do estagirita, a saber, *Metaphysica* II, 10, 994b 16. Assim, se a metafísica é a ciência da totalidade das coisas e a totalidade é entendida como totalidade dos entes, então, a totalidade dos entes depende de um ente primeiro e, por consequência, *implica e proclama um primeiro princípio que é Deus*.⁴⁰

A partir da constatação da necessidade de existir o ente em si, Boaventura afirma que para que o *ens per se* seja conhecido perfeitamente, é necessário que se conheça as suas propriedades, quais sejam, “[...] a unidade, a verdade e a bondade”.⁴¹ Conjuntamente com o ente, essas são as noções *suprema et generalissima* postuladas pelo Doutor Seráfico. O ente e os seus atributos coextensivos são, portanto, aquelas noções necessárias para que um termo, entendido como uma determinação inferior (gênero, espécie, diferença específica etc.), seja definível.

O filósofo não distingue a ordem do conhecimento da ordem ontológica, mas sim, vincula-as. A evidente necessidade de haver uma causa primeira é vinculada ao primeiro objeto do intelecto de “modo inato” e assim por diante com relação às outras determinações do ente. Por isso que o *ens per se*, além de ser identificado com o Deus cristão criador do universo,

³⁹ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *De Myst. Trinit.* q. 1, a. 1, n. 11 (Ed. Città Nuova, V/1, p. 230, *tradução nossa*): “[...] *si est ens posterius, est et ens prius, quia posterius non est nisi a priori: si ergo est universitas posteriorum, necesse est, esse ens primum. Si ergo necesse est ponere, aliquid esse prius et porteriis in creaturis; necesse est, universitatem creaturarum inferre et clamare primum principium*”.

⁴⁰ É indispensável perceber que Boaventura não formula uma teoria do conhecimento propriamente dita. Ele relaciona o conhecimento humano com a realidade. A partir disso, a ordem do conhecimento é baseada na ordem ontológica. Por isso, além de perceber a importância da condição “compatibilista” para o conhecimento humano, essa mesma visão influencia a sua teoria, porque o conhecimento parte da realidade e a realidade possui uma ordem ontológica.

⁴¹ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner.* c. III, n. 3 (Trad. de De Boni, p. 183).

é definido como o primeiro objeto evidentíssimo do intelecto humano. Novamente Boaventura endossa uma perspectiva compatibilista em que a ordem do conhecimento reflete a ordem ontológica da realidade. Afinal, o conhecimento inicia na experiência, mas transcende-a.

A partir disso, o *Doctor Seraphicus* aprofunda a sua investigação. O seu entendimento quanto aos atributos transcendententes do ente não permanece apenas nas três noções (unidade, verdade e bondade), mas sim, ultrapassa-as. Afirma ele:

Ora, o (ente) pode conceber-se como completo e incompleto, como perfeito ou imperfeito, como (ente) em potência ou (ente) em ato, como (ente) sob um certo aspecto ou como (ente) absoluto. Ou como (ente) parcial ou total, como (ente) passageiro ou permanente, como (ente) condicionado ou incondicionado, como (ente) misturado de não-(ente) ou como (ente) puro, como (ente) dependente ou absoluto, como (ente) posterior ou anterior, como (ente) variável ou imutável, como (ente) simples ou composto.⁴²

Nota-se que nessa citação o Doutor Seráfico ultrapassa a comunidade coextensiva dos atributos do ente. Ele admite outras propriedades próprias do ente que adicionam algo ao conceito *generalissima*. Essas propriedades são entendidas como atributos transcendententes disjuntivos. Em todos os pares de disjuntos, um dirá algo de negativo do ente. Atenta-se ao fato de que esses disjuntos são anteriores as determinações categoriais e, ao mesmo tempo, intrínsecos ao ente. Eles manifestam modalidades de existência do ente: ou o ente existe enquanto perfeito ou enquanto imperfeito; ou enquanto incriado ou enquanto criado e assim por diante. O conceito de ente é simples. Essas noções disjuntivas são compostas. Portanto, elas qualificam o ente a partir da sua existência, por isso são modalidades intrínsecas ao ente. O ente, então, é uma noção suprema e maximamente geral. Os atributos coextensivos aplicam-lhe significações, por assim dizer,

⁴² SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner.* c. III, n. 3 (Trad. de De Boni, p. 183, *nota nossa*). O tradutor utiliza o termo “ser” ao invés de “ente”. Optamos, no entanto, pelo termo ente. Justificamos a nossa decisão a partir da passagem latina: “*Ens autem, cum possit cogitari ut diminutum et completum, ut imperfectum et ut perfectum, ut ens in potentia et ut ens in actu [...]*”. O termo latino usado, portanto, é *ens* e não *esse*.

positivas, são conversíveis ao ente. E, com essa novidade bonaventuriana, tem-se a formulação primeira das noções transcendentais disjuntivas que são, em última instância, modalidades intrínsecas do ente existir.

No *De Mystero Trinitatis*, Boaventura prossegue a sua análise partindo da necessidade de um ente que seja primeiro, puríssimo, absoluto etc. e, desse ente necessário, segue a prova de que Deus existe. Ele afirma que “[...] se o ente causado por um outro é chamado ente criado, e um ente não causado por um outro é chamado de ente incriado, que é Deus, então de todas as divisões da entidade deduz-se que Deus existe”.⁴³ Wolter afirma que possivelmente Scotus tenha encontrado inspiração nessas fontes bonaventurianas para endossar a sua teoria das noções transcendentais disjuntivas.⁴⁴

Desse modo, Boaventura parte de uma ideia de metafísica que tem por objeto Deus. Deus, enquanto *ens per se*, é o objeto primeiro da análise metafísica. Somente a medida em que o ser humano admite a necessidade da existência de um ente por si, é que ele pode definir todas as outras entidades particulares. Deve-se atentar ao fato de que entre o *ens per se* e o *ens creatum* há apenas uma relação de analogia. Isto é, conhece-se o que o ente por si é para, então, por via negativa, inferir o que a totalidade dos entes criados são.⁴⁵

4 O ENTE *PER SE* NOTUM

Boaventura considera a razão e o intelecto como uma realidade da alma com funções diferentes.⁴⁶ A razão é a parte que considera os universais

⁴³ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *De Myst. Trinit.* q. 1, a. 1, n. 12 (Ed. Città Nuova, V/1, p. 230, tradução nossa): “*Si ergo ens ab alio dicitur ens creatum, et ens non ab alio dicitur ens increatum, quod Deus est; omnes entis differentiae inferunt, Deum esse*”.

⁴⁴ Cf. WOLTER, A. B. **The transcendentals and their function in the metaphysics of Duns Scotus**. Nova York: The Franciscan Institute St. Bonaventure, 1946, pp. 132-137; Thiago Leite traz essa mesma afirmação em um capítulo de livro organizado pelo especialista Boni e Roberto Pich: cf. LEITE, T. S. Ontologia e teoria dos transcendentais na metafísica de Duns Scotus. In: BONI, Luís Alberto de et al. (Orgs.). **João Duns Scotus (1308-2008)**: scotistas lusófonos. Porto Alegre: Edipucrs/EST; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2008, p. 219, nota 52.

⁴⁵ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *Itiner.* c. V, n. 5 (Trad. de De Boni, p. 194).

⁴⁶ Não iremos abordar a definição de alma humana, bem como as divisões feitas por Boaventura que tem por base a divisão agostiniana. Nesse sentido, não iremos abordar a faculdade da vontade de modo diretivo.

abstratos, porque compete a razão abstrair do lugar, tempo e dimensão os conceitos categoriais. Isto é, a razão tem a função de elevar-se às substâncias espirituais separadas entendidas como conceitos universais.⁴⁷ A alma, por meio da razão, compara as coisas; por meio do intelecto conhece a si mesma e aquelas substâncias espirituais abstraídas.⁴⁸

Com isso, a alma humana eleva o seu conhecimento aos conceitos mais puros possíveis à sua inteligência. Esses conceitos são elevadíssimos, pois são abstraídos da existência dos entes em sua singularidade. Em outros termos, a mente abstrai da realidade conhecida aqueles acidentes que atribuem qualidades, ou determinações, ao ente e, em tese, permanece com o conceito simplíssimo de *ente enquanto ele mesmo*. Ora, se as coisas, como visto, são entes existentes e individualizados que, enquanto sinais e vestígios, em uma ordem abstrativa e causal, elevam o conhecimento humano à Causa Primeira e, além disso, estão como Ideias perfeitas na mente do Artífice absoluto, então, elevar o conhecimento, pela via da razão, à abstração última de um conceito puríssimo de ente enquanto ele mesmo, é estar, sob certo aspecto, na Inteligência das inteligências, no mundo eterno, onde os conceitos puríssimos expressam o Exemplar Supremo.⁴⁹

Considerando, então, que a ideia de existência de uma causa primeira é inferida a partir da abstração do dado empírico, Boaventura afirma o seguinte:

[...] o próprio intelecto considera as relações da entidade de acordo com a relação de causa e causado, e se conduz do efeito para a causa e atinge as razões eternas. A causa é diferente daquela causada: porque a causa primeira é o ente primeiro e o causado é o ente produzido; a primeira causa é um ente simples, o causado é um ente composto; a primeira causa é ente puro, o causado é misto; a causa primeira é um ente fixo, enquanto o causado é variado; a causa primeira é ente absoluto, o causado, ao invés, é

⁴⁷ Cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *In Hexa*. col. V, n. 26 (Ed. Città Nuova, VI/1, p. 142).

⁴⁸ Cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *In Hexa*. col. V, n. 26 (Ed. Città Nuova, VI/1, p. 142).

⁴⁹ Cf. SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *In Hexa*. col. V, n. 26 (Ed. Città Nuova, VI/1, p. 142).

dependente; a causa primeira é ente perfeito, o causado, em vez disso, é diminuto. Portanto, essas verdades são certíssimas.⁵⁰

Nesse estágio da investigação se torna evidente como ocorre o uso das determinações disjuntivas, ou de privação, por Boaventura. O “inatismo” da noção de *ens per se* é notório. O ente é a condição de possibilidade de conhecimento do sujeito. O ente, enquanto *ens per se* é, então, o objeto da metafísica. A partir da experiência, o sujeito cognoscente considera as relações entitativas entre causa e causado. Os disjuntos: primeiro e produzido, simples e composto, puro e misto, fixo e variado, absoluto e dependente, perfeito e diminuto, em última instância, são modalidades do ente existir, isto é, o ente é conhecido a partir de si (*ens per se*) e relacionado com a privação que esses modos de existência lhe aplicam. A causa é ontologicamente mais perfeita do que o efeito, porque a causa, nesse caso, é incausada e o efeito depende dela para existir – nesse sentido a *creatio ex nihilo* explica a dependência substancial entre a criatura com relação ao Criador.⁵¹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ente, como visto, é um conceito absolutamente simples, comum e, em certa medida, evidente. A noção de ente é o objeto primeiro do entendimento humano e é por ele que o ser humano conhece as demais coisas, sejam elas enquanto entidades individuais ou enquanto totalidade das coisas possíveis ou reais. Boaventura prossegue nessa ordem argumentativa, contudo, pela via da privação, ou disjuntiva, ele se aproxima da determinação do ser como um predicado conversível ao ente que, existindo enquanto *Ens per se* absoluto e criador, é identificado com Deus.

⁵⁰ SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO, *In Hexa*. col. V, n. 28 (Ed. Città Nuova, VI/1, p. 144, tradução nossa): “[...] *quod ipse intellectus, considerans conditionis entis secundum relationem causae ad causatum, transfert se ab effectu ad causas et transit ad rationis aeternas. Differt causa a causatis: quia prima causa est ens primum, causatum ens productum; causa prima est ens simplex, causatum compositum; causa prima est ens fixum, et causatum variatum; causa prima est ens absolutum, et causatum alligatum; causa prima est ens perfectum, causatum diminutum. Haec ergo sunt certissima*”.

⁵¹ Cf. a seção 2.

O *Ens per se* é o objeto primeiro do intelecto e a condição de possibilidade para que o ser humano conheça as coisas e as defina. O Doutor Seráfico tem presente a ideia da evidente presença de existir sinais do Ente-incriado nas entidades criadas. Ele infere que aquele Ente é o primeiro conhecido do intelecto e os demais são conhecidos por privação. Com a singularidade do pensamento do doutor, é possível dar certo vislumbre ao sistema scotista que ultrapassa essa primeira relação da noção pura do conceito ente com a ideia cristã de Deus. Scotus endossa a univocidade do conceito de ente que, a partir das modalidades infinito e finito, pode significar a entidade criada e a incriada. Essa temática, no entanto, será matéria de estudo futuro.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Tópicos**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007.
- BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã**. 13. ed. Tradução: Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CAROLI, Ernesto. **Dizionario bonaventuriano: Filosofia, Teologia e Spiritualità**. Padova: Editrici Francescane, 2008.
- CORSI, Uellinton Valentim; SILVA, João Raniery Elias da. Ensaio Metafísicos: Da teoria das Ideias em Platão à Trindade Criadora em São Boaventura. **Scintilla**, Curitiba, v. 17, n. 2, p. 129-150, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://scintilla.sao-boaventura.edu.br/scintilla/article/view/107/87>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- FRAILE, Guillermo. **Historia de la Filosofia II: El Judaísmo, el Cristianismo, el Islam y la Filosofia**. 2. ed. Madrid: BAC, 1965.
- GILSON, Étienne. **La filosofia de San Bonaventura**. Tradução para o espanhol: Fray Esteban de Zudaire. Buenos Aires: DEDEBEC, 1948.
- GREGORY, Tullio. Natureza. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Org.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval II**. Tradução: Hilário F. Júnior. São Paulo: Unesp, 2017. pp. 297-313.
- LEITE, Thiago S. Ontologia e teoria dos transcendentos na metafísica de Duns Scotus. In: BONI, Luís Alberto de et al. (Orgs.). **João Duns Scotus (1308-2008): scotistas lusófonos**. Porto Alegre: Edipucrs/EST; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2008. pp. 206-223.
- MERINO, José Antônio; FRESNEDA, Francisco Martínez (Orgs.). **Manual de Filosofia Franciscana**. Tradução: Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2006.
- NICOLOSI, Salvatore. **Medioevo franciscano**. Borla: Edizioni Borla, 1983.
- RODRIGUES, Ricardo A. Teoria do conhecimento em São Boaventura. **Thaumazein**, Santa Maria, v. 5, n. 11, p. 101-118, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/114>. Acesso em: 21 out. 2021.
- SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. Breviloquium. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **Obras escolhidas**. Tradução: L. A. De Boni, J. Jerkovic e S. Schneider. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST; Sulina; UCS, 1983, pp. 1-161.
- SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. Christus, unus magister. In: SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Sermones Theologici II**. Roma: Città Nuova Editrice, 1995. v. VI/2.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. Collationes de Decem Praeceptis. In: SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Sermones Theologici II**. Roma: Città Nuova Editrice, 1995. v. VI/2.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. Collationes de Septem Donis Spiritus Sancti. In: SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Sermones Theologici II**. Roma: Città Nuova Editrice, 1995. v. VI/2.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. Collationes in Hexaëmeron. In: SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Sermones Theologici I**. Roma: Città Nuova Editrice, 1994. v. VI/1.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. De Mystério Trinitatis. In: SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Opuscula Theologica I**. Roma: Città Nuova Editrice, 1993. v. V/1.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. De Scientia Christi. In: SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Opuscula Theologica I**. Roma: Città Nuova Editrice, 1993. v. V/1.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Comentarii In Primum Librum Sententiarum**. Tomus IV. Romae: Typographia Vaticana, [s.a.]. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=mQRKAAAACAAJ&printsec=frontcover&output=embed&source=entity_page&newbks=0&hl=pt-BR&ovdme=1&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 26 nov. 2021.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Comentarii In Secundum Librum Sententiarum**. Tomus XIII. Venetiis: Typographia Vaticana [s.a.]. (Collectis Universis Prioribus Editionibus). Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=91dRAAAAACAAJ&pg=GBS.PP10&hl=ne>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Comentarii In Tertium Librum Sententiarum**. Venetiis: Typographia Vaticana [s.a.]. (Collectis Universis Prioribus Editionibus). Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=nmFIAAAAACAAJ&pg=GBS.PP2&hl=ne>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. Itinerarium mentis in Deum. In: DE BONI, L. A. (Org.). Tradução: L. A. De Boni, J. Jerkovic e S. Schneider. **Obras escolhidas**. Porto Alegre; Caxias do Sul: EST; Sulina; UCS, 1983. pp. 163-201.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. Itinerarium mentis in Deum. In: **Opuscula Theologica I**. Roma: Città Nuova Editrice, 1993. v. V/1.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Opera Omnia III**. Roma: Quaracchi, 1887.

SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. Secundum Librum Sententiarum. In: SANCTUS BONAVENTURA A BAGNOREGIO. **Opera Omnia III**. Paris: Vivès, 1865.

WOLTER, Allan B. **The transcendentals and their function in the metaphysics of Duns Scotus**. New York: The Franciscan Institute St. Bonaventure, 1946.